



Geração e Transmissão S.A.

ÍNDICE

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	4
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	5
1) – CONTEXTO OPERACIONAL	5
2) – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	6
3) – DISPONIBILIDADES.....	8
4) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES	9
5) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE.....	9
6) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	10
7) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS.....	10
8) – INVESTIMENTOS.....	12
9) – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	14
10) – FORNECEDORES.....	15
11) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	16
12) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	17
13) – ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	19
14) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	19
15) – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	20
16) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21
17) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA	21
18) – RECEITA DE USO DA REDE	21
19) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	22
20) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	22
21) – DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	23
22) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	24
23) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	25
24) – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	26
DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO	27
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	31
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL	33

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2008 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2008	31/12/2007 Reclassificado	31/03/2008	31/12/2007 Reclassificado
CIRCULANTE				
Disponibilidades <i>(nota 3)</i>	976.326	916.288	967.753	907.116
Consumidores e Revendedores <i>(nota 4)</i>	320.256	299.796	320.256	299.796
Concessionários - Transporte de Energia	55.670	46.131	55.670	46.131
Tributos Compensáveis <i>(nota 6)</i>	329.127	222.825	329.072	222.745
Revendedores – Transações Energia Livre <i>(nota 5)</i>	16.002	31.426	16.002	31.426
Créditos Tributários <i>(nota 7)</i>	164.938	172.111	164.938	172.111
Estoques	3.577	3.794	3.577	3.794
Outros Créditos	53.235	68.616	53.235	68.616
TOTAL DO CIRCULANTE	1.919.131	1.760.987	1.910.503	1.751.735
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Créditos Tributários <i>(nota 7)</i>	58.903	52.916	58.903	52.916
Revendedores – Transações Energia Livre <i>(nota 5)</i>	8.737	13.646	8.737	13.646
Tributos Compensáveis <i>(nota 6)</i>	16.665	10.600	16.665	10.600
Depósitos Vinculados a Litígio	34.195	32.304	34.195	32.304
Créditos com Pessoas Ligadas	7.044	2.675	7.044	2.675
Outros Créditos	7.747	7.682	7.747	7.682
Total do Realizável a Longo Prazo	133.291	119.823	133.291	119.823
Permanente				
Investimentos <i>(nota 8)</i>	1.011.980	1.004.095	1.038.758	1.030.873
Imobilizado <i>(nota 9)</i>	4.878.596	4.909.364	4.845.501	4.884.473
Intangível <i>(nota 9)</i>	10.969	11.549	10.919	11.499
Diferido	4.312	1.326	3.902	-
Total do Permanente	5.905.857	5.926.334	5.899.080	5.926.845
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	6.039.148	6.046.157	6.032.371	6.046.668
ATIVO TOTAL	7.958.279	7.807.144	7.942.874	7.798.403

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2008 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos (nota 12)	423.377	393.804	423.377	393.804
Debêntures (nota 12)	27.230	10.486	27.230	10.486
Fornecedores (nota 10)	86.286	236.313	84.591	232.767
Impostos, Taxas e Contribuições (nota 11)	300.504	211.815	300.368	211.789
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	535.398	541.518	535.398	541.518
Salários e Encargos Sociais	46.914	51.142	46.905	51.046
Encargos Regulatórios (nota 13)	82.466	78.391	82.466	78.391
Participações nos Lucros	6.933	21.726	6.933	21.726
Dívidas com Pessoas Ligadas	2.264	2.249	2.264	2.249
Obrigações Pós-Emprego (nota 14)	18.059	20.065	18.059	20.065
Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros (nota 23)	54.497	58.272	54.497	58.272
Outras Obrigações	47.789	64.718	47.789	64.718
TOTAL DO CIRCULANTE	1.631.717	1.690.499	1.629.877	1.686.831
NÃO CIRCULANTE				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e Financiamentos (nota 12)	1.984.285	1.973.280	1.970.720	1.968.213
Debêntures (nota 12)	738.526	734.077	738.526	734.077
Provisões para Contingências (nota 15)	6.488	7.553	6.488	7.553
Fornecedores (nota 10)	13.439	25.803	13.439	25.803
Obrigações Pós-Emprego (nota 14)	257.197	256.105	257.197	256.105
Impostos, Taxas e Contribuições (nota 11)	54.980	52.377	54.980	52.377
Encargos Regulatórios (nota 13)	1.026	2.034	1.026	2.034
Outras Obrigações	76.630	77.153	76.630	77.147
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	3.132.571	3.128.382	3.119.006	3.123.309
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 16)				
Capital Social	2.896.785	2.896.785	2.896.785	2.896.785
Reservas de Lucros	91.478	91.478	91.478	91.478
Lucros Acumulados	205.728	-	205.728	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.193.991	2.988.263	3.193.991	2.988.263
PASSIVO TOTAL	7.958.279	7.807.144	7.942.874	7.798.403

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2008 E 2007

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Consolidado e Controladora	
	31/03/2008	31/03/2007 Reclassificado
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (nota 17)	721.201	594.026
Receita de Uso da Rede (nota 18)	150.434	140.998
Outras Receitas Operacionais	6.427	3.601
	<u>878.062</u>	<u>738.625</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL (nota 19)	<u>(195.289)</u>	<u>(151.454)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>682.773</u>	<u>587.171</u>
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA (nota 20)		
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	<u>(64.437)</u>	<u>(61.964)</u>
CUSTO DE OPERAÇÃO (nota 20)		
Pessoal e Administradores	(53.302)	(48.139)
Obrigações Pós-Emprego	(9.987)	(5.079)
Matérias	(2.508)	(2.700)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	(21.785)	-
Serviços de Terceiros	(15.086)	(17.118)
Depreciação e Amortização	(56.345)	(55.603)
Provisões (Reversão) Operacionais	932	(92)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(31.201)	(35.935)
Outros custos de operação	<u>(4.026)</u>	<u>(11.085)</u>
	<u>(193.308)</u>	<u>(175.751)</u>
CUSTO TOTAL	<u>(257.745)</u>	<u>(237.715)</u>
LUCRO BRUTO	425.028	349.456
DESPESAS OPERACIONAIS (nota 20)		
Despesas Gerais e Administrativas	(15.972)	(10.795)
Outras Despesas Operacionais	<u>(3.923)</u>	<u>(3.067)</u>
	<u>(19.895)</u>	<u>(13.862)</u>
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS)	<u>405.133</u>	<u>335.594</u>
Despesas Financeiras Líquidas (nota 21)	<u>(79.686)</u>	<u>(69.062)</u>
LUCRO OPERACIONAL	<u>325.447</u>	<u>266.532</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	<u>(7.847)</u>	<u>5.476</u>
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS	<u>317.600</u>	<u>272.008</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 7 b)	(111.984)	(100.923)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (nota 7 b)	5.031	10.192
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	<u>(4.919)</u>	<u>(5.066)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>205.728</u>	<u>176.211</u>
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R\$	<u>71,02</u>	<u>60,83</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
E PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2008 E 2007
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma sociedade anônima de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da CEMIG.

A Cemig Geração e Transmissão tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A transferência das concessões de geração da CEMIG para a Cemig Geração e Transmissão está em processo de aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - “ANEEL”.

A Cemig Geração e Transmissão possui 46 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 1 eólica e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão.

A Companhia teve a sua abertura de capital autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários “CVM” em 10 de outubro de 2006, devendo ser ressaltado que as suas ações não são negociadas em bolsa de valores.

A Companhia possui participação societária nas seguintes controladas em desenvolvimento:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da usina hidrelétrica Cachoeirão localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. Vide maiores informações Nota Explicativa 8.
- Guanhões Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhões, Senhora do Porto e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhões, no Estado de Minas Gerais e Fortuna II, localizada no Município de Virgíópolis, no Estado de Minas Gerais. Vide maiores informações Nota Explicativa 8.
- Cemig Baguari Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente. A Cemig Geração e Transmissão tem a expectativa de transferência dos ativos do Consórcio Baguari para essa controlada e previsão de início de operação em 2009.

- Madeira Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 10,00%) – Implementação, construção, operação e exploração da usina hidrelétrica de Santo Antônio, localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, com potência de 3.150 MW (informação não revisada pelos auditores independentes) e previsão de início de operação comercial em 2012. Vide maiores informações na Nota Explicativa 8.

2) – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1) Apresentação das Informações Trimestrais

As informações trimestrais da controladora e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, normas da Comissão de Valores Imobiliários - CVM e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As informações trimestrais foram elaboradas seguindo princípios, métodos e critérios contábeis uniformes em relação àqueles adotados em 31 de dezembro de 2007.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pelo *FAS 95 – Statement of Cash Flows*, no que se refere ao formato de apresentação, em conexão ao da empresa *holding* do Grupo, Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”) no contexto do registro das suas demonstrações financeiras na *Securities and Exchange Commission* (“SEC”).

Em função da inclusão no Estatuto Social da Companhia em 2007 da previsão de pagamento de participação nos resultados aos empregados e administradores da Companhia, essa participação passou a ser registrada como redutora do Lucro Líquido antes dos impostos e participações estatutárias, sendo que até o terceiro trimestre de 2007 era registrada na rubrica de Despesa com Pessoal.

Alteração na Lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, no capítulo relativo à divulgação e preparação de demonstrações financeiras, que vieram a modificar, entre outros aspectos, o critério de reconhecimento e valorização de ativos e passivos. Estas mudanças de práticas contábeis entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008.

Essas alterações tiveram como objetivo aumentar a transparência das Demonstrações Financeiras das companhias brasileiras e a eliminação de algumas barreiras regulatórias que dificultavam o processo de convergência dessas Demonstrações aos princípios contábeis internacionais de contabilidade – IFRS:

As principais alterações constantes da Lei, com vigência a partir de 2008, com possibilidade de impactar as Demonstrações Financeiras da Companhia estão descritas abaixo:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC;
- Inclusão da Demonstração do Valor Adicionado – DVA no conjunto das demonstrações financeiras elaboradas, divulgadas e que devem ser aprovadas pela assembléia geral ordinária – AGO.

- Criada uma nova possibilidade, além da originalmente prevista na lei societária, de segregação entre a escrituração mercantil e a escrituração tributária, ao estabelecer a alternativa para a companhia adotar na sua escrituração mercantil, e não apenas em livros auxiliares, as disposições da lei tributária, desde que, em seguida, depois de apurado o lucro base para tributação, sejam efetuados os ajustes necessários para que as demonstrações financeiras estejam em consonância com a Lei das S.A e os princípios fundamentais de contabilidade;
- Criação de dois novos subgrupos de contas: o Intangível, no ativo permanente e os Ajustes de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido; O subgrupo de “Ajustes de Avaliação Patrimonial” servirá essencialmente para abrigar a contrapartida de determinadas avaliações de ativos a preço de mercado, a avaliação de determinados instrumentos financeiros e, ainda, os ajustes de conversão em função da variação cambial de investimentos societários no exterior, ainda pendente de regulamentação específica pela CVM;
- Novos critérios para a classificação e a avaliação das aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos. Esses instrumentos financeiros serão classificados em três categorias (destinadas à negociação, mantidas até o vencimento e disponíveis para venda) e a sua avaliação pelo custo mais rendimentos ou pelo valor de mercado será feita em função da sua classificação em uma dessas categorias;
- Introdução do conceito de Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo, ainda pendente de regulamentação específica pela CVM;
- Nas operações de incorporação, fusão ou cisão (combinação de empresas), quando forem realizadas entre partes não relacionadas e estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle, todos os ativos e passivos da incorporada, cindida ou fusionada deverão ser identificados, avaliados e contabilizados a valor de mercado.
- Eliminação da possibilidade de serem efetuadas reavaliações espontâneas do ativo imobilizado.

Conforme comunicado ao mercado, a CVM pretende concluir, ainda em 2008, o seu processo normativo para os dispositivos da lei societária que foram alterados e que necessitem de regulação, e reverá todos os seus atos normativos que tratam de matéria contábil, a fim de verificar e eliminar possíveis divergências em relação às alterações específicas produzidas pela nova lei.

Conforme Instrução CVM nº 469 de 2 de maio de 2008, a Administração da Companhia e de suas controladas efetuaram avaliação dos possíveis impactos da nova Lei e destaca que as alterações nas Demonstrações Financeiras decorrentes da aplicação dos dispositivos da Lei 11.638 mencionados nos parágrafos anteriores seriam basicamente o ajuste a valor presente de determinados passivos de longo prazo. Os valores apurados, no montante estimado de R\$112.406, seriam alocados em contrapartida ao Ativo Permanente. Dessa forma, os ajustes mencionados não implicariam em efeitos materiais no Patrimônio Líquido e no Resultado do período caso as alterações previstas na Lei tivessem ocorrido no 1º trimestre de 2008.

Reclassificação de Saldos Contábeis

As seguintes alterações, para fins de comparabilidade, foram efetuadas nos valores anteriormente apresentado nas demonstrações financeiras de 2007:

<u>Conta Original</u>		<u>Conta de Reclassificação</u>	
Ativo Circulante		Ativo Circulante	
Tributos Compensáveis	<u>(17.516)</u>	Créditos Tributários	<u>17.516</u>
Custos Operacionais – Custo de operação		Resultado	
Pessoal e Administradores	<u>5.066</u>	Participação dos Empregados no Resultado	<u>(5.066)</u>

2.2) Informações trimestrais consolidadas

As informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2008 incluem as demonstrações da Companhia e das controladas Hidrelétrica Cachoeirão S.A., Guanhães Energia S.A., Cemig Baguari Energia S.A. e Madeira Energia S.A..

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

No processo de consolidação foram eliminados: (i) as participações no patrimônio líquido das controladas; (ii) o resultado da equivalência patrimonial; (iii) os saldos de ativos e passivos entre as empresas consolidadas e, (iv) os saldos de receitas e despesas decorrentes de transações entre as empresas consolidadas.

As empresas com controle compartilhado foram consolidadas proporcionalmente em função do percentual de participação. Cada rubrica das informações trimestrais foi, portanto, consolidada após a aplicação do percentual de participação. Consequentemente, não há destaque para participações de minoritários.

3) – DISPONIBILIDADES

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/03/2008</u>	<u>31/12/2007</u>	<u>31/03/2008</u>	<u>31/12/2007</u>
Contas Bancárias	12.121	111.017	10.757	105.013
Aplicações Financeiras	964.205	805.271	956.996	802.103
	<u>976.326</u>	<u>916.288</u>	<u>967.753</u>	<u>907.116</u>

As aplicações financeiras correspondem a transações realizadas com instituições financeiras nacionais e contratadas em condições e taxas normais de mercado, sendo que estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Companhia.

4) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Consolidado e Controladora				
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31/03/2008	31/12/2007
Industrial	70.298	7.027	61.560	138.885	175.671
Suprimento a Outras Concessionárias	181.456	-	-	181.455	124.209
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(84)	(84)	(84)
	251.753	7.027	61.476	320.256	299.796

A Companhia constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

Encontra-se registrado o valor de R\$45.056 referente a créditos de consumidor industrial que não foram pagos em função de liminar cautelar que permitiu o não pagamento desse montante até o julgamento final de ação judicial questionando reajuste tarifário durante a vigência do Plano Cruzado através da Portaria 045/86. A Companhia tem a expectativa de conclusão dessa ação judicial ainda no exercício de 2008 e que os valores mencionados serão integralmente recebidos.

5) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE

As obrigações e direitos da Companhia referentes às transações com energia livre no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE durante a vigência do Programa de Racionamento estão demonstrados como segue:

	Consolidado e Controladora	
	31/03/2008	31/12/2007
ATIVO		
Valores a serem recebidos de distribuidoras	425.910	436.084
Provisão para perdas na realização	(401.171)	(391.012)
	24.739	45.072
Circulante	16.002	31.426
Não Circulante	8.737	13.646

Os valores a receber no Ativo referem-se à diferença entre os preços pagos pela Companhia nas transações com energia na CCEE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R\$49,26/MWh, que deverá ser ressarcido pelas distribuidoras através dos montantes arrecadados por meio da RTE, conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as distribuidoras de energia elétrica arrecadam e repassam os valores obtidos mensalmente através da RTE aos geradores e distribuidoras com valores a receber, entre os quais está incluída a Companhia, desde março de 2003.

Os direitos da Cemig Geração e Transmissão são atualizados pela variação da SELIC acrescidos de 1,00% de juros ao ano.

A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

Provisão para perdas na realização

A Cemig Geração e Transmissão recebe os valores da RTE da Cemig Distribuição e de outras distribuidoras, que tem um prazo limite, estipulado pela ANEEL, para repassar os valores a Companhia.

A Companhia elaborou estudo, considerando os montantes de repasses médios recebidos das distribuidoras, para verificar se o prazo estipulado para as distribuidoras efetuarem o repasse seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL. Com base no estudo, foi estimada em R\$401.171 a provisão para perdas na realização dos créditos de energia livre em 31 de março de 2008 (R\$391.012 em 31 de dezembro de 2007).

6) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2008	31/12/2007 Reclassificado	31/03/2008	31/12/2007 Reclassificado
Circulante				
ICMS a Recuperar	44.031	44.065	44.031	44.032
Imposto de Renda	161.876	71.190	161.821	71.143
Contribuição Social	54.499	22.363	54.499	22.363
PASEP	12.098	11.939	12.098	11.939
COFINS	55.602	54.866	55.602	54.866
Outros	1.021	18.402	1.021	18.402
	<u>329.127</u>	<u>222.825</u>	<u>329.072</u>	<u>222.745</u>
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	16.665	10.600	16.665	10.600
	<u>345.792</u>	<u>233.425</u>	<u>345.737</u>	<u>233.345</u>

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2008 que serão compensados com Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar apurados para no exercício e que estão registradas na rubrica de Impostos, taxas e contribuições.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A Companhia está em processo de adequação aos novos requerimentos de informações eletrônicas exigidas pelo Governo do Estado de Minas Gerais, o que permitirá a compensação dos créditos em 2008.

7) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

A Companhia possui créditos tributários registrados de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado e Controladora	
	31/03/2008	31/12/2007 Reclassificado
Créditos Tributários sobre diferenças temporárias:		
Provisão para Perdas na Realização dos Valores a Receber de Energia Livre	136.398	132.944
Obrigações Pós-Emprego	12.851	12.236
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	1.187	1.187
Instrumentos Financeiros	34.418	33.098
Variação Cambial	19.746	17.468
Contingências	2.206	2.568
Provisão Ativa – Recomposição Tarifária Extraordinária	14.858	17.516
Outros	2.177	8.010
	223.841	225.027
Ativo Circulante	164.938	172.111
Ativo Não Circulante	58.903	52.916

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 06 de março de 2008, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. Referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal em 06 de março de 2008.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de março de 2008, conforme abaixo:

	Consolidado e Controladora
2008	155.771
2009	36.788
2010	17.042
2011	5.393
2012	2.422
2013 a 2015	3.855
2016 a 2017	2.570
	223.841

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado e Controladora	
	31/03/2008	31/03/2007 Reclassificado
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	317.600	272.008
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(107.984)	(92.482)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Participação dos Empregados no Resultado	1.672	1.722
Outros	(641)	29
Imposto de Renda e Contribuição Social	(106.953)	(90.731)

8) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Em Sociedade Controlada e Controladas em Conjunto				
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	-	-	17.150	17.150
Guanhães Energia S.A.	-	-	9.608	9.608
Cemig Baguari Energia S.A.	-	-	10	10
Madeira Energia S.A.	-	-	10	10
Em Consórcios	1.010.228	1.002.340	1.010.228	1.002.340
Outros	1.752	1.755	1.752	1.755
	1.011.980	1.004.095	1.038.758	1.030.873

Sociedades controladas em conjunto (Informações sobre potência – MWh e previsão de investimentos – não revisadas pelos auditores independentes):

Hidrelétrica Cachoeirão S.A.

A Cemig Geração e Transmissão (participação de 49,00%) em parceria com Santa Maria Energética S.A. (participação de 51,00%) constituíram a Hidrelétrica Cachoeirão S.A., um investimento previsto de R\$100 milhões, cujo objeto social é construir, operar e explorar a PCH Cachoeirão, realizando a comercialização de energia elétrica.

A usina se encontra em fase de construção tendo data prevista para início de suas atividades em setembro de 2008 e com capacidade instalada de 27 MW.

Guanhães Energia S.A.

A Cemig Geração e Transmissão (participação de 49,00%) em parceria com Investminas Participações S.A. (participação de 51,00%) constituíram a Guanhães Energia S.A., cujo objeto social é a geração e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães, Senhora do Porto e Jacaré, localizadas no rio Guanhães e Município de Dores de Guanhães, Minas Gerais, com potência instalada de 14 MW, 12 MW e 9 MW respectivamente; e Fortuna II, localizada no Município de Virgíópolis, Minas Gerais, com potência instalada de 9 MW.

As usinas encontram-se em fase de construção tendo data prevista para início de suas atividades em 2009 e com capacidade total instalada de 44 MW.

Cemig Baguari Energia S.A.

A Cemig Baguari Energia S.A. é uma subsidiária integral da Cemig e tem como objetivo a produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente através das operações da usina de Baguari, com início de operações a partir de 2009. A Companhia tem a expectativa de transferência dos ativos do Consórcio Baguari para essa controlada no exercício de 2008.

Madeira Energia S.A.

A Cemig Geração e Transmissão (participação de 10,00%) em parceria com Furnas Centrais Elétricas S.A. (participação de 39,00%), Construtora Norberto Odebrecht S.A. (participação de 1,00%), Odebrecht Investimento em Infra-estrutura Ltda. (participação de 17,60%), Andrade Gutierrez Participações S.A. (participação de 12,40%) e Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia (participação de 20,00%), constituíram a Madeira Energia S.A., cujo objeto social é a construção, operação e exploração da usina de Santo Antônio, localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no estado de Rondônia, com potência de 3.150 MW e previsão de início de operação comercial em 2012.

Consórcios

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da Cemig Geração e Transmissão da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	31/03/2008	31/12/2007
Em serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33%	2,48	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50%	2,58	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00%	2,77	181.403	171.855
Usina de Queimado	82,50%	2,45	193.599	193.599
Usina de Aimorés	49,00%	2,50	512.946	512.946
Depreciação acumulada			(90.540)	(83.681)
Total em operação			891.587	888.898
Em curso				
Usina de Queimado	82,50%		13.125	13.125
Usina de Funil	49,00%		71	9.531
Usina de Aimorés	49,00%		24.506	23.369
Usina de Baguari	34,00%		80.939	67.417
Total em construção			118.641	113.442
Total de Consórcios			1.010.228	1.002.340

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

As principais informações sobre as investidas são como segue:

Sociedade Controlada em Conjunto	Quantidade de Ações	Em 31 de março de 2008		
		Participação (%)	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	35.000.000	49,00	35.000	35.000
Guanhães Energia S. A.	52.000.000	49,00	19.608	19.608
Madeira Energia S.A.	100.000	10,00	100	100
Cemig Baguari Energia S.A.	1.000	100,00	10	10

9) – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	31/03/2008			31/12/2007
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	8.046.523	(3.483.415)	4.563.108	4.604.037
- Geração	6.684.061	(2.800.497)	3.883.564	3.918.316
Intangíveis	1.299	(386)	913	432
Terrenos	195.754	-	195.754	195.754
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.640.792	(1.311.426)	2.329.366	2.348.362
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	856.716	(339.129)	517.587	522.798
Máquinas e Equipamentos	1.984.918	(1.145.346)	839.572	850.554
Veículos	2.036	(1.779)	257	295
Móveis e Utensílios	2.546	(2.431)	115	121
- Transmissão	1.278.917	(627.276)	651.641	657.211
Intangíveis	9.474	(2.032)	7.442	7.552
Terrenos	2.138	-	2.138	2.138
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	102.343	(54.378)	47.965	47.678
Máquinas e Equipamentos	1.164.138	(570.250)	593.888	599.650
Veículos	175	(109)	66	74
Móveis e Utensílios	649	(507)	142	119
- Administração	83.545	(55.642)	27.903	28.510
Intangíveis	17.372	(16.179)	1.193	1.616
Terrenos	621	-	621	621
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	13.934	(6.990)	6.944	6.487
Máquinas e Equipamentos	37.712	(24.898)	12.814	12.990
Veículos	10.668	(4.429)	6.239	6.701
Móveis e Utensílios	3.238	(3.146)	92	95
Em Curso	301.196	-	301.196	299.811
- Geração	226.996	-	226.996	222.226
Intangível	845	-	845	1.374
Imobilizado	226.151	-	226.151	220.852
- Transmissão	56.754	-	56.754	59.242
Intangível	213	-	213	213
Imobilizado	56.541	-	56.541	59.029
- Administração	17.446	-	17.446	18.343
Intangível	313	-	313	312
Imobilizado	17.133	-	17.133	18.031
Total do Imobilizado e Intangível	8.347.719	(3.483.415)	4.864.304	4.903.848
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(7.884)	-	(7.884)	(7.876)
Imobilizado e Intangível Líquido - Controladora	8.339.835	(3.483.415)	4.856.420	4.895.972

	31/03/2008		31/12/2007	
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Curso - Cachoeirão	27.069	-	27.069	20.559
- Geração	27.058	-	27.058	20.549
Imobilizado	27.008	-	27.008	20.499
Intangível	50	-	50	50
- Administração	11	-	11	10
Imobilizado	11	-	11	10
Em Curso - Guanhães	6.076	-	6.076	4.382
- Geração				
Imobilizado	6.076	-	6.076	4.382
Imobilizado e Intangível Líquido - Consolidado	8.372.980	(3.483.415)	4.889.565	4.920.913

Alguns terrenos e edificações da Companhia, registrados como Ativo Imobilizado - Administração, foram dados em garantias de processos judiciais envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras contingências no valor, líquido de depreciação, de R\$1.017 em 31 de março de 2008 (R\$ 1.030 em 31 de dezembro de 2007).

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração e transmissão, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que este produto seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

10) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Circulante				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -				
Compra de Energia Livre durante o Racionamento	33.952	25.797	33.952	25.797
Mercado Atacadista - CCEE	1.352	51.009	1.352	51.009
Outros Geradores e Distribuidores	24.678	29.982	24.678	29.982
	59.982	106.788	59.982	106.788
Materiais e Serviços	26.304	129.525	24.609	125.979
	86.286	236.313	84.591	232.767
Não Circulante				
Suprimento de Energia Elétrica				
Compra de Energia Livre durante o racionamento	13.439	25.803	13.439	25.803
Total de Fornecedores	99.725	262.116	98.030	258.570

Parte substancial dos valores devidos à Compra de Energia Livre durante o Racionamento serão pagos até setembro de 2009, com atualização pela variação da SELIC e 1,00% de juros ao ano. A conclusão de alguns processos judiciais em andamento, movidos por agentes do mercado, relativos a interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da Compra de Energia Livre durante o Racionamento, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

11) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Circulante				
Imposto de Renda	78.537	-	78.530	-
Contribuição Social	28.066	-	28.061	-
ICMS	28.079	28.016	28.079	28.016
COFINS	12.993	10.255	12.976	10.255
PASEP	2.933	7.009	2.929	7.009
INSS	3.064	5.905	3.020	5.905
Outros	1.925	11.363	1.866	11.337
	155.597	62.548	155.461	62.522
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	104.668	107.188	104.668	107.188
Contribuição Social	37.681	38.588	37.681	38.588
COFINS	2.102	2.868	2.102	2.868
PASEP	456	623	456	623
	144.907	149.267	144.907	149.267
	300.504	211.815	300.368	211.789
Não Circulante				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	40.427	38.512	40.427	38.512
Contribuição Social	14.553	13.865	14.553	13.865
	54.980	52.377	54.980	52.377

As obrigações diferidas referem-se aos ativos e passivos vinculados ao Acordo Geral do Setor Elétrico e outras questões regulatórias, sendo devidas à medida da realização desses ativos e passivos.

As demais obrigações a pagar com Imposto de Renda e Contribuição Social registradas no circulante serão compensadas com as antecipações registradas no ativo, na rubrica de tributos compensáveis.

12) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Consolidado							
31/03/2008							31/12/2007
FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. (1)	2009	3,90	JPY	723	68.061	68.784	61.483
B.N.P. Paribas	2010	Libor + 1,875	US\$	12.799	17.611	30.410	30.193
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	3.149	9.224	12.373	13.389
UNIBANCO S.A. (2)	2009	6,50	US\$	247	8.152	8.399	8.371
UNIBANCO S.A. (3)	2009	5,00	US\$	104	6.122	6.226	6.227
Dívida referente a Moeda Estrangeira				17.022	109.170	126.192	119.663
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R\$	166	75.000	75.166	75.133
Banco do Brasil S.A.	2009	111,00 do CDI	R\$	2.700	62.644	65.344	63.525
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	5.776	89.276	95.052	92.286
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	3.319	30.000	33.319	32.419
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	42.435	900.000	942.435	917.799
HSBC Bank Brasil S.A.	2008	CDI + 2,00	R\$	52.178	-	52.178	50.613
Banco Itaú – BBA S.A.	2008	CDI + 2,00	R\$	42.113	-	42.113	40.850
Banco Itaú – BBA S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	10.713	168.431	179.144	173.901
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	763	25.124	25.887	26.222
BNDES	2008	SELIC + 1,00	R\$	-	-	-	25.820
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	7.220	133.374	140.594	139.709
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	345	4.830	5.175	2.068
Debêntures (4)	2009	CDI + 1,20	R\$	16.632	349.556	366.188	355.958
Debêntures (4)	2011	104,00 do CDI	R\$	10.598	238.816	249.414	242.900
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (4)	2031	IGP-M	R\$	-	150.154	150.154	145.705
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	12.193	56.898	69.091	73.299
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	230	29.715	29.945	30.594
UNIBANCO S.A.	2009	CDI + 2,98	R\$	6.076	104.095	110.171	106.609
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	10.909	179.061	189.970	184.410
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	9	3.102	3.111	3.206
Caixa Econômica Federal	2008	101,5 do CDI	R\$	205.669	-	205.669	200.425
Itaú Finance	2008	URTJ + 8,50	R\$	3.541	-	3.541	3.466
Banco do Brasil S.A. (5)	2020	TJLP + 2,55	R\$	-	13.565	13.565	5.067
Dívida referente a Moeda Nacional				433.585	2.613.641	3.047.226	2.991.984
Total Geral				450.607	2.722.811	3.173.418	3.111.647

(1) a (4) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (1) 111,00% do CDI; (2) CDI + 2,98% a.a.; (3) CDI + 3,01% a.a..

(4) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(5) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Cachoeirão S.A..

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	13.150	26.016	5.869	-	-	-	-	-	45.035
Euro	1.612	3.074	3.075	3.075	1.537	-	-	-	12.373
Yen	723	68.061	-	-	-	-	-	-	68.784
	15.485	97.151	8.944	3.075	1.537	-	-	-	126.192
Indexadores									
Índice Geral de Preços –Mercado–IGP-M	-	-	-	-	-	-	-	150.154	150.154
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	9.144	12.193	12.193	12.193	12.193	11.175	-	-	69.091
Certificado Depósito Interbancário – CDI	417.851	516.294	252.071	390.308	451.947	481.947	300.457	-	2.810.875
Outros	3.541	2.055	1.233	1.233	1.233	1.233	1.233	5.345	17.106
	430.536	530.542	265.497	403.734	465.373	494.355	301.690	155.499	3.047.226
	446.021	627.693	274.441	406.809	466.910	494.355	301.690	155.499	3.173.418

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação no trimestre findo em 31/03/2008	Indexadores	Variação no trimestre findo em 31/03/2008
	%		%
Dólar Norte-Americano	(1,25%)	IGP-M	2,38%
Euro	5,83%	FINEL	0,47%
Yen	10,78%	SELIC	2,64%
		CDI	2,58%

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2007	3.111.647
Financiamentos Obtidos	8.498
Variação Monetária e Cambial	11.448
Encargos Financeiros Provisionados	80.736
Encargos Financeiros Pagos	(7.790)
Amortização de Financiamentos	(31.121)
Saldo em 31 de março de 2008	3.173.418

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A Cemig Geração e Transmissão possui empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”) que foram integralmente atendidas em 31 de março de 2008.

13) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado e Controladora	
	31/03/2008	31/12/2007
Reserva Global de Reversão - RGR	7.260	7.521
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	7.599	7.962
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	8.285	8.328
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.291	1.022
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	1.633	1.851
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	12.843	12.443
Pesquisa e Desenvolvimento	38.160	35.077
Pesquisa Expansão Sistema Energético	6.421	6.221
	83.492	80.425
Passivo Circulante	82.466	78.391
Passivo Não Circulante	1.026	2.034

14) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A FORLUZ disponibiliza a seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (Plano B) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição da Cemig Geração e Transmissão para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominiais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de caixa, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na Companhia em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Após o processo de migração realizado em junho de 2007, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar-SPC, no qual mais de 80,00% dos participantes migraram para os planos A e B, 51 participantes permaneceram no Plano BD. Destes, 7 são ativos e 44 aposentados/pensionistas. Em 31 de dezembro de 2007, estavam inscritos neste plano 23 ativos e 255 aposentados/pensionistas.

A Cemig Geração e Transmissão mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela FORLUZ.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial com benefícios pós-emprego no montante de R\$237.835 em 31 de março de 2008 (R\$240.556 em 31 de dezembro de 2007) foi reconhecida como obrigação a pagar pela Companhia e será amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da Cemig Geração e Transmissão, excluindo produtividade), e para o Plano Saldado, reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acrescido de 6% ao ano.

Os superávits técnicos que ocorram pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar reconhecidas pela Companhia, conforme previsto contratualmente.

Em função do mencionado no parágrafo anterior, do superávit obtido no exercício de 2007, R\$20.245 serão utilizados no 2º trimestre de 2008 para amortização da dívida reconhecida.

O passivo e as despesas reconhecidas pela Companhia em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da deliberação CVM nº 371 e laudo preparado por atuários independentes. Desta forma, a atualização financeira e utilização de superávit para amortização da obrigação na dívida pactuada com a FORLUZ, mencionados nos parágrafos anteriores, não produziram efeitos contábeis no resultado da Cemig Geração e Transmissão. A última avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2007.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Consolidado e Controladora			
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2007	111.046	70.307	3.099	91.718
Despesa Reconhecida no Resultado	6.122	3.236	147	2.499
Contribuições Pagas	(10.406)	(2.036)	(41)	(435)
Passivo Líquido em 31 de março de 2008	106.762	71.507	3.205	93.782
Passivo Circulante	18.059			
Passivo Não Circulante	88.703	71.507	3.205	93.782

15) – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia constitui provisão para contingências para as ações cuja expectativa de perda seja considerada provável. Desta forma, encontra-se provisionado em 31 de março de 2008, o valor de R\$164 (R\$2.099 em 31 de dezembro de 2007) referente a contingências trabalhistas e o valor de R\$6.324 (R\$5.454 em 31 de dezembro de 2007) referente a contingências de natureza ambiental.

Processo Administrativo de Natureza Ambiental

A Cemig Geração e Transmissão foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera o risco de perda nesta ação como provável, no valor de R\$6.324, que está devidamente provisionado.

Causas com risco de perda possível;

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio

A Cemig Geração e Transmissão pagou uma indenização aos empregados no exercício de 2006, no montante de R\$41.660, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia decidiu impetrar um mandado de segurança que permitiu o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R\$28.716, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas com este assunto. A Companhia considera o risco de perda nesta ação como possível.

16) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Mutação do Patrimônio Líquido:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2007	2.988.263
Lucro no Trimestre	205.728
Saldo em 31 de março de 2008	3.193.991

17) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado e Controladora					
	(Não revisado pelos auditores independentes)					
	Nº de Consumidores		MWh		R\$	
	31/03/2008	31/03/2007	31/03/2008	31/03/2007	31/03/2008	31/03/2007
Industrial	132	130	4.492.919	4.173.200	428.192	352.401
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	1.166	(3.686)
	132	130	4.492.919	4.173.200	429.358	348.715
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	40	47	2.979.831	3.515.119	240.825	218.624
Transações com energia na CCEE	-	-	-	-	51.018	26.687
Total	172	177	7.472.750	7.688.319	721.201	594.026

(*) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado -CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

18) – RECEITA DE USO DA REDE

Esta receita refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao sistema interligado brasileiro. Os valores a serem recebidos estão registrados no ativo, na rubrica de "Concessionários - Transporte de Energia".

19) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado e Controladora	
	31/03/2008	31/03/2007
Tributos sobre a Receita		
ICMS	80.470	65.927
COFINS	58.560	34.213
PIS-PASEP	12.711	6.620
ISSQN	95	75
	<u>151.836</u>	<u>106.835</u>
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	21.499	16.000
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	8.177	7.395
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	7.127	12.328
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	2.660	2.107
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -FNDCT	2.660	2.107
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	1.330	4.689
Outros	-	(4)
	<u>43.453</u>	<u>44.622</u>
	<u>195.289</u>	<u>151.454</u>

20) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado e Controladora	
	31/03/2008	31/03/2007 Reclassificado
Pessoal	64.219	55.116
Obrigações Pós-Emprego	12.004	5.746
Materiais	2.863	2.773
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	21.785	-
Serviços de Terceiros	16.945	18.512
Depreciação e Amortização	56.345	55.604
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	31.201	35.935
Provisões (Reversões) Operacionais	(932)	92
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	64.437	61.964
Outras Despesas Líquidas	8.773	15.835
	<u>277.640</u>	<u>251.577</u>

	Consolidado e Controladora	
	31/03/2008	31/03/2007
a) DESPESAS COM PESSOAL		
Remunerações e Encargos	54.549	49.563
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	4.157	4.439
Benefícios Assistenciais	6.360	5.808
	<u>65.066</u>	<u>59.810</u>
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	<u>(2.925)</u>	<u>(4.694)</u>
	<u>62.141</u>	<u>55.116</u>
Programa Prêmio de Desligamento - PPD	2.078	-
	<u>64.219</u>	<u>55.116</u>

Programa Prêmio Desligamento - PPD

Em 11 de março de 2008, foi aprovado pela Diretoria Executiva o Programa Prêmio Desligamento – PPD, de caráter permanente e aplicável sobre as rescisões dos contratos de trabalho, de forma livre e espontânea, a partir daquela data. Dentre os principais incentivos financeiros do Programa, estão os pagamentos de 3 remunerações brutas e 6 meses de contribuições para o plano de saúde após o desligamento, depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios e o pagamento de até 24 meses de contribuições para o Fundo de Pensão e INSS após o desligamento, em conformidade a determinados critérios estabelecidos no regulamento do PPD.

Para os empregados com 55 anos de idade e 35 anos de contribuição, se do sexo masculino, ou 30 anos de contribuição, se do sexo feminino, somente são assegurados os incentivos financeiros do Programa se a adesão ocorrer no prazo máximo de 90 dias após a data de atendimento aos critérios de idade e tempo de contribuição mencionados.

Em 31 de março de 2008, o PPD já contava com a adesão de 23 empregados, sendo constituída uma provisão referente aos incentivos financeiros no valor de R\$2.078.

	Consolidado e Controladora	
	31/03/2008	31/03/2007
b) SERVIÇOS DE TERCEIROS		
Comunicação	648	546
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	1.960	2.167
Conservação e Limpeza de Prédios	3.217	3.625
Mão de Obra Contratada	277	212
Frete e Passagens	552	383
Hospedagem e Alimentação	881	843
Vigilância	1.818	1.862
Consultoria	417	201
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	300	238
Manutenção e Conservação de Veículos	770	732
Outros	6.105	7.703
	16.945	18.512

21) – DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Consolidado e Controladora	
	31/03/2008	31/03/2007
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	22.121	23.130
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	3.138	1.064
Varição Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	11.160	14.892
Varição Monetária – Reajuste Tarifário Diferido	-	746
Varição Monetária – PASEP/ COFINS	-	7.184
Variações Cambiais	1.111	6.754
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(1.035)	(1.377)
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 23)	6.394	1.269
Outras	2.709	5.571
	45.598	59.233
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(80.736)	(93.859)
Variações Cambiais	(7.815)	(2)
Varição Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(4.747)	(1.437)
Varição Monetária – CCEE	(2.280)	(8.541)
C.P.M.F.	(1.122)	(3.282)
Perdas com Instrumentos Financeiros (nota 23)	(3.738)	(11.435)
Provisão para Perdas com Transações de Energia livre	(10.160)	(7.444)
Outras	(14.686)	(2.295)
	(125.284)	(128.295)
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(79.686)	(69.062)

Não houve transferência para o imobilizado de encargos financeiros incidentes sobre os empréstimos e financiamentos vinculados a obras no primeiro trimestre de 2008 (R\$1.544 de encargos financeiros e R\$6.624 de variações monetárias ou cambiais no primeiro trimestre de 2007).

22) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Geração e Transmissão são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/03/2007	31/03/2008	31/03/2007
CEMIG								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	535.398	541.518	-	-	-	-
Coligadas e Controladora	8	9	351	351	-	-	-	-
Outros – Materiais e Serviços	-	39	-	-	-	-	-	-
Cemig Distribuição S.A.								
Coligadas e Controladora	7.025	2.655	1.913	1.898	-	-	-	-
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (1)	6.079	13.491	6.473	5.167	23.348	16.224	(960)	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	-	8.786	-	-	-	-	-	-
Light S.A.								
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (1)	374	366	-	405	20.351	16.737	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Impostos, Taxas e Contribuição – ICMS	44.031	44.065	28.079	28.016	80.470	(65.927)	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS	16.665	10.600	-	-	-	-	-	-
Debêntures (2)	-	-	150.154	145.705	-	-	(3.449)	(1.411)
FORLUZ								
Obrigações Pós-Emprego – Circulante (3)	-	-	18.059	20.065	-	-	(12.004)	(5.746)
Obrigações Pós-Emprego – Não Circulante (3)	-	-	257.197	256.105	-	-	-	-
Outros	-	-	7.538	20.655	-	-	-	-
Despesa de Pessoal	-	-	-	-	-	-	(4.157)	(4.439)
Custeio Administrativo	-	-	-	-	-	-	(988)	(378)
OUTROS								
Coligadas e Controladas ou Controladores	11	11	-	-	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

(1) A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão e Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento;

(2) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$ 120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão.

(3) Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e parte reajustados com base no Índice de Reajuste salarial dos empregados, excluindo produtividade, acrescidos de 6% ao ano. Vide nota explicativa nº 14.

A Companhia possui contratos de venda de energia para a Cemig Distribuição e Light S.A. no período de 2006 a 2013, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005. Deve ser ressaltado que os contratos com as empresas mencionadas somente foram assinados após a conclusão do leilão, em processo coordenado pela CCEE.

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 6, 11, 12, 14, 17, 19 e 21.

23) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência de exercícios.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações da Cemig Geração e Transmissão contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam ganhos de janeiro a março em 2008 e perdas de janeiro a março em 2007 nos montantes de R\$2.656 e R\$10.166, respectivamente, registradas no resultado financeiro.

O reconhecimento do resultado líquido não realizado nas operações com instrumentos derivativos é feito pelo regime de competência de exercícios, o que pode gerar diferenças quando comparado com o valor estimado de mercado de tais instrumentos. Esta diferença decorre do fato do valor de mercado compreender o reconhecimento a valor presente dos ganhos ou perdas futuros a serem incorridos nas operações, de acordo com a expectativa do mercado no momento em que o valor é apurado.

O quadro abaixo apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Companhia, as perdas não realizadas registradas e a respectiva estimativa do valor de mercado destes instrumentos em 31 de março de 2008:

Direito da Cemig Geração e Transmissão	Obrigação da Cemig Geração e Transmissão	Período de Vencimento	Valor principal contratado - milhares	Perda não realizada	
				Valor Contábil	Valor Estimado de Mercado
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,48% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (2,98% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2008 até 11/2009	US\$6.860	(19.556)	(20.718)
¥ (Yen Japonês) variação cambial + taxa (3,90 % a.a.)	R\$ atrelado a variação do CDI (111,00% CDI)	Em 12/2009	¥3.878.825	(34.969)	(42.017)
R\$ 106,00% do CDI	R\$ ou US\$ 48,00% do CDI ou variação cambial (o que for maior)	Em 04/2010	R\$75.000	28	28
				(54.497)	(62.707)

24) – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2008	31/03/2007	31/03/2008	31/03/2007
DAS OPERAÇÕES				
Lucro Líquido do Exercício	205.728	176.211	205.728	176.211
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa -				
Depreciação e Amortização	56.345	55.604	56.345	55.604
Baixas Líquidas de Imobilizado	1.078	262	1.078	262
Juros e Variações Monetárias - Não Circulantes	8.037	(18.230)	8.037	(18.230)
Impostos Federais Diferidos	(5.031)	(10.192)	(5.031)	(10.192)
Provisões para Perdas Operacionais	(932)	92	(932)	92
Provisões para Perdas em Transações com Energia Livre	10.160	7.444	10.160	7.444
Obrigações Pós-Emprego	12.004	5.746	12.004	5.746
Outros	(66)	9.824	(66)	9.824
	<u>287.323</u>	<u>226.761</u>	<u>287.323</u>	<u>226.761</u>
(Aumento) Redução de Ativos-				
Consumidores e Revendedores	(20.460)	(22.125)	(20.460)	(22.125)
Revendedores – Transações com energia livre	13.522	36.402	13.522	36.402
Tributos Compensáveis	(112.367)	(107.497)	(112.392)	(107.478)
Transporte de Energia	(9.539)	(4.748)	(9.539)	(4.748)
Passivo Regulatório – Revisão da Receita de Transmissão	(3.617)	-	(3.617)	-
Outros Ativos Circulantes	15.598	(6.171)	15.598	(4.271)
Depósito Judiciais	(705)	(741)	(705)	(741)
	<u>(117.568)</u>	<u>(104.880)</u>	<u>(117.593)</u>	<u>(102.961)</u>
Aumento (Redução) de Passivos-				
Fornecedores	(162.391)	(4.856)	(160.540)	(4.858)
Tributos e Contribuição Social	96.323	91.448	96.213	91.444
Salários e Contribuições Sociais	(4.361)	(260)	(4.274)	(260)
Encargos Regulatórios	3.067	(10.444)	3.067	(10.444)
Empréstimos e Financiamentos	73.009	77.196	73.009	77.196
Obrigações Pós-Emprego	(12.918)	(13.018)	(12.918)	(13.018)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(3.775)	11.435	(3.775)	11.435
Outros	(32.982)	(6.892)	(32.976)	(6.892)
	<u>(44.028)</u>	<u>144.609</u>	<u>(42.194)</u>	<u>144.603</u>
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	125.727	266.490	127.536	268.403
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	8.498	30.246	-	30.246
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(31.121)	(39.380)	(31.121)	(39.380)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(6.120)	(32.746)	(6.120)	(32.746)
	<u>(28.743)</u>	<u>(41.880)</u>	<u>(37.241)</u>	<u>(41.880)</u>
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	96.984	224.610	90.295	226.523
INVESTIMENTOS				
Em Investimentos	(14.746)	(34.192)	(14.746)	(38.429)
No Imobilizado	(19.222)	(16.596)	(11.018)	(16.596)
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	8	1.997	8	1.997
No Diferido	(2.986)	-	(3.902)	-
	<u>(36.946)</u>	<u>(48.791)</u>	<u>(29.658)</u>	<u>(53.028)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	60.038	175.819	60.637	173.495
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA				
No início do exercício	916.288	687.814	907.116	687.814
No fim do exercício	976.326	863.633	967.753	861.309
	<u>60.038</u>	<u>175.819</u>	<u>60.637</u>	<u>173.495</u>

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO

(valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

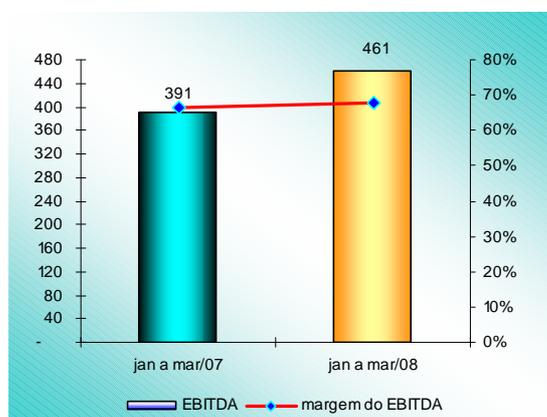
Lucro do Período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no primeiro trimestre de 2008, um lucro líquido de R\$205.728, em comparação ao lucro líquido de R\$176.211 no primeiro trimestre de 2007, um aumento de 16,75%. Este resultado deve-se principalmente ao aumento de 21,41% na receita com fornecimento bruto de energia elétrica.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou um aumento significativo no primeiro trimestre de 2008 na comparação com o primeiro trimestre de 2007, conforme pode ser verificado na tabela abaixo.

LAJIDA - R\$ mil	31/03/2008	31/03/2007 Reclassificado	Var %
Lucro Líquido	205.728	176.211	16,75
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	106.953	90.731	17,88
+ Participações de Empregados e Administradores no Resultado	4.919	5.066	(2,90)
+ - Resultado não Operacional	7.847	(5.476)	-
+ Resultado Financeiro	79.686	69.062	15,38
+ Amortização e Depreciação	56.345	55.604	1,33
= LAJIDA	461.478	391.198	17,97



O crescimento do LAJIDA no primeiro trimestre de 2008 em comparação ao primeiro trimestre de 2007 deve-se, principalmente, ao aumento de 16,28% na receita líquida, compensado parcialmente pelo aumento de 12,92% nas despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). O melhor desempenho verificado em 2008 refletiu-se na margem do LAJIDA, que passou de 66,62% em 2007 para 67,59% em 2008.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$721.201 no primeiro trimestre de 2008 em comparação a R\$594.026 no primeiro trimestre de 2007, representando um aumento de 21,41%. Este resultado decorre principalmente do aumento de 7,66% no volume de energia vendida a consumidores finais, e do aumento da tarifa média de venda em decorrência da escassez de energia ofertada.

O fornecimento a consumidores industriais foi de 4.492.919 MWh no primeiro trimestre de 2008 comparados a 4.173.200 MWh no primeiro trimestre de 2007. Este aumento decorre principalmente do melhor desempenho da atividade industrial em 2008.

A receita com energia vendida a outras concessionárias e contratos bilaterais foi de R\$240.825 no primeiro trimestre de 2008 comparados a R\$218.624 no primeiro trimestre de 2007, um aumento de 10,15%. Este resultado decorre basicamente do aumento do preço da energia uma vez que a quantidade negociada apresentou uma redução de 15,23% em função, principalmente, da escassez de energia disponível, devido ao menor volume de chuvas em 2008. A energia vendida a outras concessionárias e contratos bilaterais foi de 2.979.831MWh no primeiro trimestre de 2008 comparados a 3.515.119MWh no primeiro trimestre de 2007.

O maior impacto na redução do volume de energia negociado foi a venda para comercializadoras que apresentou uma redução de 48,6% no primeiro trimestre de 2008 comparado ao primeiro trimestre de 2007. Esta redução decorreu do direcionamento da energia a outros segmentos e de encerramento de alguns contratos no final de 2007, devido a menor disponibilidade para vendas de curto prazo em 2008.

Em decorrência da reduzida disponibilidade de energia no primeiro trimestre de 2008 devido ao menor volume de chuvas, o Preço de Liquidação das Diferenças - PLD teve uma expressiva alta, chegando a R\$ 569,59/MWh em janeiro de 2008. A tarifa média de suprimento foi de R\$62,20/MWh no primeiro trimestre de 2007 passando a R\$80,82/MWh no primeiro trimestre de 2008, um aumento de 29,94%.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se basicamente a utilização das instalações componentes da rede básica de transmissão da CEMIG pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos através de Resolução pela ANEEL e apresentou um aumento de 6,69% no primeiro trimestre de 2008 comparado ao primeiro trimestre de 2007.

Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional foram de R\$195.289 no primeiro trimestre de 2008 comparados a R\$151.454 no primeiro trimestre de 2007, um aumento de 28,94%. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente a CCC foi de R\$7.127 no primeiro trimestre de 2008 comparados a R\$12.328 no primeiro trimestre de 2007, representando uma redução de 42,19%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é apenas repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente a CDE foi de R\$8.177 no primeiro trimestre de 2008 comparados a R\$7.395 no primeiro trimestre de 2007, um aumento de 10,57%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é apenas repassadora deste custo uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Reserva Global de Reversão - RGR

A dedução à receita referente a RGR foi de R\$21.499 no primeiro trimestre de 2008 comparados a R\$16.000 no primeiro trimestre de 2007, um aumento de 34,37%. Este é um encargo não gerenciável e o aumento deve-se a maior receita, base de cálculo do referido encargo, em 2008.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$277.640 no primeiro trimestre de 2008 comparados a R\$251.577 no primeiro trimestre de 2007, representando um aumento de 10,36%. Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na nota explicativa nº 20 das Informações Trimestrais.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal no primeiro trimestre de 2008 foi de R\$64.219, comparados a R\$55.116 no primeiro trimestre de 2007, representando um aumento de 16,52%. Este resultado decorre principalmente dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 5,00% concedido aos empregados em novembro de 2007;
- provisão referente ao Programa Prêmio de Desligamento – PPD, no montante de R\$2.078, no primeiro trimestre de 2008; e,
- menor transferência de custos de pessoal para as obras em andamento (R\$2.925 em 2008 e R\$4.694 em 2007), tendo em vista o menor programa de investimentos em 2008.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R\$12.004 no primeiro trimestre de 2008, comparados a R\$5.746 no primeiro trimestre de 2007, representando um aumento de 108,91%. Esta despesa representa basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da Cemig Geração e Transmissão, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A maior despesa em 2008 decorre ajuste nas premissas atuariais em dezembro de 2007, com a redução das taxas de juros.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão foi de R\$64.437 no primeiro trimestre de 2008, comparados a R\$61.964 no primeiro trimestre de 2007, representando um aumento de 3,99%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido através de Resolução pela ANEEL. O aumento na despesa deve-se principalmente ao ajuste médio de 3,5% na TUST e TUSD em junho de 2007.

Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia

Esta despesa foi de R\$21.785 no primeiro trimestre de 2008 e decorre da compra de combustível para a Usina de Igarapé, que entrou em operação em função do baixo nível de água nos reservatórios, conseqüência do baixo volume de chuvas.

Serviços de Terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$16.945 no primeiro trimestre de 2008, comparados a R\$18.512 no primeiro trimestre de 2007, representando uma redução de 8,46%. O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na nota explicativa nº 20 das Informações Trimestrais.

Outras Despesas Operacionais

As outras despesas operacionais foram de R\$8.773 no primeiro trimestre de 2008, comparados a R\$15.835 no primeiro trimestre de 2007, representando uma redução de 44,60%. Esta variação decorre basicamente da recuperação de despesas do exercício de 2007, registrada em 2008, no montante de R\$8.982.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$79.686 no primeiro trimestre de 2008 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$69.062 no primeiro trimestre de 2007, um aumento de 15,38%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Redução de 13,98% nos encargos de empréstimos e financiamentos, no montante de R\$13.123, em decorrência da menor variação do CDI (indexador dos contratos) no primeiro trimestre de 2008 comparado ao mesmo período de 2007.
- Perda líquida com variação cambial no primeiro trimestre de 2008, no montante de R\$6.704 em comparação a um ganho líquido de R\$6.752 no primeiro trimestre de 2007, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. A perda cambial em 2008 decorre principalmente da variação da moeda japonesa Yen que apresentou uma valorização de 10,78% no primeiro trimestre de 2008 comparada a uma desvalorização de 3,10% no primeiro trimestre de 2007. Em contraparte, o dólar norte-americano apresentou desvalorização nos dois períodos comparados, sendo 1,25% em no primeiro trimestre de 2008 e 4,10% no primeiro trimestre de 2007, o que contribuiu para a redução da perda cambial.
- Ganho líquido com instrumentos financeiros no primeiro trimestre de 2008, no montante de R\$2.656 em comparação a perda líquida de R\$10.166 no mesmo período de 2007. Este resultado decorre principalmente da variação dos índices relatados no item anterior, tendo em vista que para parte da dívida em moeda estrangeira a Companhia realizou operações de swap com a substituição da variação do indexador dos contratos, de moeda estrangeira para o CDI.

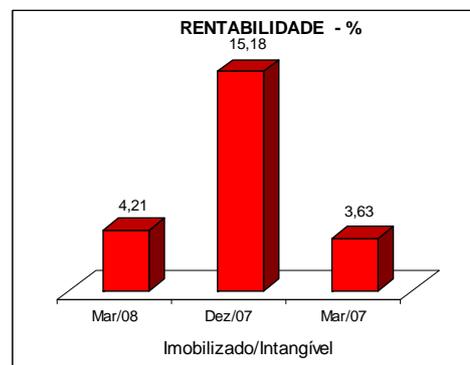
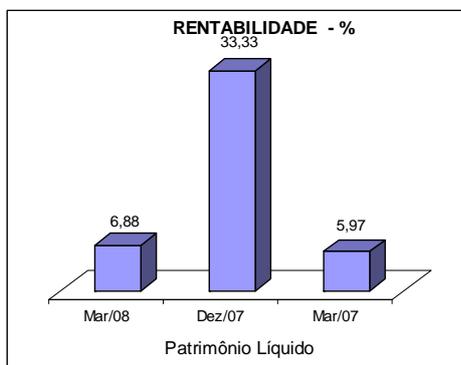
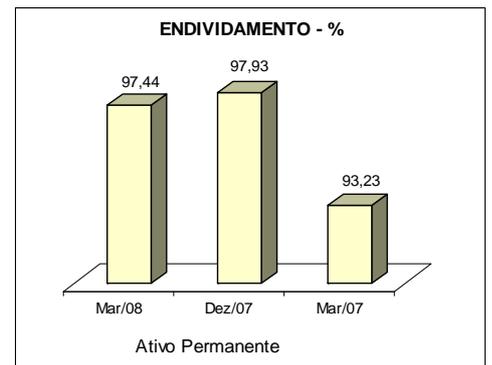
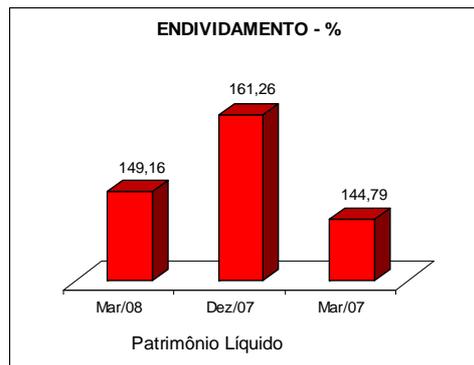
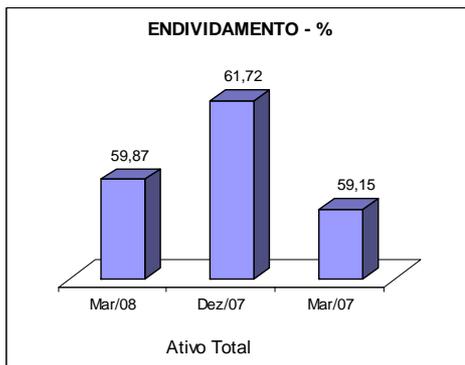
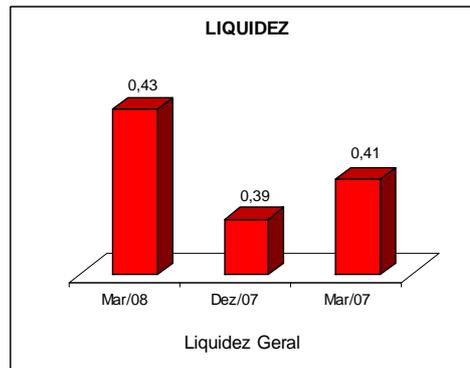
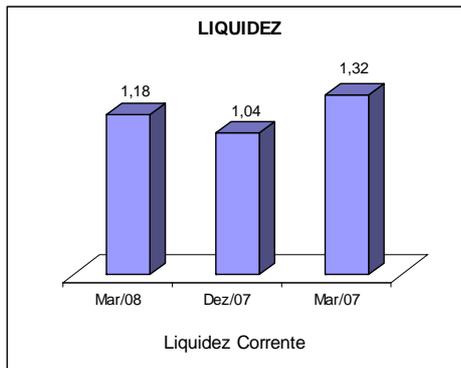
Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 21 das Informações Trimestrais.

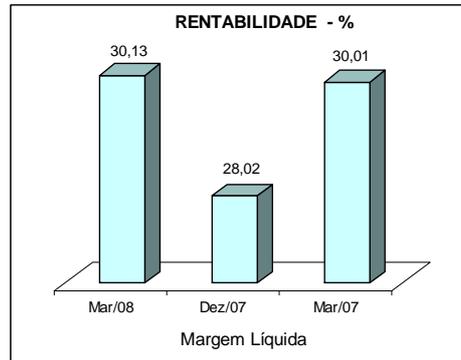
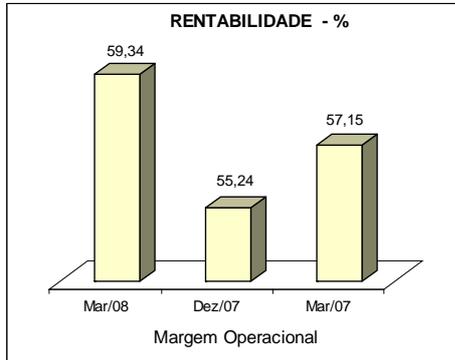
Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Geração e Transmissão apurou, no primeiro trimestre de 2008, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$106.953 em relação ao lucro de R\$317.600, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 33,68%. No primeiro trimestre de 2007, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$90.731 em relação ao lucro de R\$272.008, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 33,36%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 7 das Informações Trimestrais.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

INDICADORES FINANCEIROS (excluindo-se as obrigações especiais)





INDICADORES OPERACIONAIS			
<i>(não revisado pelos auditores independentes)</i>			
	1º TRIM/08	1º TRIM/07	Variação %
EFICIÊNCIA			
Capacidade Instalada (em MW)	6.250	6.250	-
MWh/Empregado (MWh)	3.299	3.279	0,63

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

Ao
Conselho de Administração da
Companhia Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais – ITR, individuais e consolidadas da Cemig Geração e Transmissão S.A. referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008, compreendendo o balanço patrimonial, e as demonstrações dos resultados e de fluxos de caixa, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, em (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e suas controladas, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas, para que estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, incluindo a Instrução CVM nº. 469/08.
1. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº. 11.638, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas pelas companhias. Dessa forma, nessa fase de transição, a CVM, por meio da Instrução CVM nº. 469/08, facultou a não aplicação de todas as disposições da Lei nº. 11.638/07 na preparação das Informações Trimestrais - ITR. Assim, as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais do trimestre findo em 31 de março de 2008, foram elaboradas de acordo com instruções específicas da CVM e não contemplam todas as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07.
4. Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs. 5 e 10, a Cemig Geração e Transmissão S.A. possui registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente denominada como “MAE”). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 31 de março de 2008, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

5. As Informações Trimestrais – ITR da Cemig Geração e Transmissão S.A. e as Informações Trimestrais consolidadas dessa Companhia e suas controladas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2007, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes, que, sobre elas, emitiram relatório de revisão, sem ressalva, datado de 8 de maio de 2007, contendo parágrafos de ênfases quanto ao assunto comentado no parágrafo 5 acima e quanto à expiração das concessões de geração de energia elétrica das usinas hidrelétricas de Emborcação, Nova Ponte, Pandeiros, Rio das Pedras, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão, Luiz Dias e Santa Luzia. Em 14 de junho de 2007, o Ministério de Minas e Energia – MME renovou o prazo de concessão destas usinas por um período de 20 anos a contar da data de vencimento de cada contrato de concessão, sendo a assinatura dos contratos de renovação das concessões prevista para o primeiro semestre de 2008.

07 de maio de 2008

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0